

PROJETO DE LEI Nº 07, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025

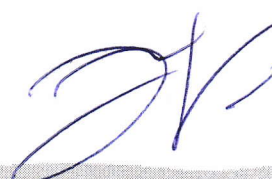
Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhar a Câmara Municipal, por meio eletrônico/digital, até o dia 30 do mês subsequente, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as unidades gestoras da Administração Pública Municipal, composta, ainda, dos balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas e despesas e dos créditos adicionais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO, no uso de suas atribuições legais e com esteio no art. 70 da Lei Orgânica do Município, submete a Colenda **CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO**, para apreciação, deliberação e posterior aprovação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a encaminhar a Câmara Municipal, por meio eletrônico/digital, até o dia 30 do mês subsequente, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as unidades gestoras da Administração Pública Municipal, composta, ainda, dos balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas e despesas e dos créditos adicionais.

§ 1º As informações e documentos a serem encaminhadas por meio eletrônico/digital, compreenderão:

I - balancetes da receita, financeiro e despesas;





PREFEITURA

**General
Sampaio***FAZER A
DIFERENÇA!*

Gabinete do Prefeito

II - notas de empenho, liquidação e pagamento;

III - notas fiscais, recibo e comprovantes de pagamento;

IV - relação de pagamento;

V - relação das receitas;

VI - demais documentos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os documentos de que trata esta Lei, serão encaminhados em mídia digital removível ou outro meio eletrônico hábil.

Art. 2º O envio dos documentos de que trata esta Lei, em meio eletrônico/digital, não desobriga os gestores públicos do seu dever de guarda, pelo prazo previsto de 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação do julgamento das contas, em caráter definitivo, dos documentos de que tratam esta Lei.

Art. 3º Poderá a Câmara Municipal, a qualquer tempo, requisitar os documentos de que trata a Lei, os quais deverão ser enviados, preferencialmente por meio eletrônico/digital, ou físico, a critério do requisitante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da ciência da notificação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO, em 06
de FEVEREIRO de 2025.


JOÃO PAULO SALES CORDEIRO
Prefeito Municipal

